

A Geografia do espaço da miséria*

Alexandrina Luz Conceição

Departamento de Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 49100-00, São Cristóvão-SE, Brasil

aluz@oi.com.br

(Recebido em 12 de setembro de 2005; aceito em 26 de setembro de 2005)

Nas décadas de sessenta e setenta do século XX, diante da metropolização urbana, a Geografia assumiu o discurso da denúncia. A leitura geográfica indicava espaços desiguais possíveis de serem corrigidos frente ao reordenamento espacial, através de políticas públicas. O discurso geográfico acompanhou os ditames da leitura cepalina da economia dual, submetendo à camisa de força a categoria geográfica espaço, identificado como área, condição fronteira da localidade da unidade administrativa. Não houve preocupação com as contradições, apenas o registro das sinalizações. Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, objetiva-se analisar as relações mais amplas. Neste sentido, a dimensão do espaço perpassa o vivido na sua determinação histórica, o concebido e a realidade percebida. É responsabilidade do geógrafo, ver a espacialização da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do capital. Logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico.

Palavras-chaves: mobilidade do trabalho; espaços desiguais; relação capital-trabalho; espacialização da miséria.

1. DO ESPAÇO DA POBREZA E DA MISÉRIA

Nas décadas de sessenta e setenta, diante da metropolização urbana com a formação de bolsões de pobreza, de forma geral, a Geografia assumiu o discurso da denúncia. O urbano passou a ser interpretado como área de concentração de pobreza, em consequência da migração, enquanto o rural era visto como a imagem da pobreza justificada pela presença de uma estrutura agrária de economia tradicional, responsável pelo não crescimento econômico. A mobilidade do trabalho era identificada como êxodo rural resultante de uma economia agrária tradicional, ou do efeito da seca, e quando analisada de forma mais “contudente” era apresentada como uma questão de desvio da política pública local voltada para chamados interesses eleitores.

A leitura geográfica indicava espaços desiguais possíveis de serem corrigidos frente ao reordenamento espacial, através de políticas públicas condizentes ao discurso de mudanças, via o desenvolvimento regional, local. A leitura geográfica se circunscrevia na perspectiva da Teoria dos Pólos de Crescimento e Desenvolvimento, na aplicabilidade da reordenação territorial, via a divisão social e territorial do trabalho. A meta era a garantia da inserção da região no circuito capitalista da economia mundial [3]. O Estado do *Well Fare*, chamado para regulamentar as políticas da esfera pública, tornou-se o guardião do planejamento, das mazelas territoriais, diante da escala crescente da pobreza local, nacional, mundial.

O discurso geográfico acompanhou os ditames da leitura cepalina, da economia dual, submetendo à camisa de força a categoria geográfica espaço, identificado como área, condição fronteira da localidade da unidade administrativa. As categorias: espaço e território assumiram concepções, substantivadas na leitura à contramão da dinâmica das contradições das relações capitalistas de produção: capital versus trabalho.

Neste sentido, projetava-se a leitura do lugar fora do lugar da totalidade das relações capitalistas mundiais, das possibilidades imanentes de uma crise acumulativa do capital, que apontava deliberadamente para a super exploração do trabalho na garantia de um super lucro.

Com a desregulamentação e a privatização dos mercados e do Estado, pelo Consenso de Washington, em nome da racionalização, da eficácia e da redução dos gastos públicos via o discurso de combate à pobreza, ocorreu a aceleração da concentração de miséria. O discurso e a consequente aplicabilidade de uma política econômica de rentabilidade lucrativa, da maximização do mercado, através da diminuição do papel do Estado com a redução das ações

sociais trouxeram à tona os oceanos de miséria desmistificando a imagem da simples presença de ilhas de indigências.

No Consenso de Washington, em 1972, solidificou-se a financeirização da economia mundial, assumida com o rompimento do Tratado Internacional de *Bretton Woods* (1944), pelos Estados Unidos da América. Ao romper unilateralmente com as regras definidas no Tratado de *Bretton Woods* desvincula o dólar e o ouro, desvalorizando a moeda que passa a centralizar um não sistema de moedas sem lastros, e câmbios flutuantes, mas vinculado aos juros [4].

Desta forma, as empresas, os fundos e os bancos multinacionais passaram a operar em diferentes moedas com altíssimas receitas. Sem regras de emissão, a dolarização da economia permite a hegemonia norte-americana, através de uma relação assimétrica nas relações internacionais, mantendo um poder de transação de mercado através do mecanismo da emissão de dívidas [2]. Para se manter nesse moinho de triturar homens/trabalhadores, os países periféricos, denominados Terceiro Mundo, circunscrevem-se em um poço de perdas sem fundo. A exacerbação do lucro conduz à concentração de riqueza, espacializando a miséria que é produzida na relação perversa do capital *versus* trabalho.

Presente nos anos quarenta, cinquenta, sessenta ou mesmo setenta, a palavra pobreza foi identificada como reconhecimento do baixo poder aquisitivo, da exploração assalariada. A partir dos anos oitenta, a miséria torna-se condição substantiva, explicativa desta temporalidade, tendo como significado a situação de carência absoluta dos meios de subsistência, indigência, penúria, ou seja, condição do que possa ser considerado vergonhoso, deplorável, infâmia e torpeza. Enfim, como registra o dicionário: aquele que caiu em desgraça.

Diante do avanço da técnica e da ciência a serviço do capital, estruturado em uma nova economia capitalista de acumulação flexível, na construção de uma nova ordem em sintonia com a anunciação de um novo fenômeno: “a globalização”, do discurso da insuperabilidade e da permanência do capitalismo, continua a profetização da aceleração do crescimento econômico e consequentemente o fim das desigualdades.

Nos primeiros momentos da fetichização da globalização os discursos neoliberais se fundamentaram na pregação da necessidade da superação da pobreza via o sistema do CQT (Controle da Qualidade Total). O *just time* concretizava a certeza de que, quem não acompanhasse o ritmo da eficiência e da eficácia pela qualidade total não se ajustaria ao sistema [1].

A lógica da produtividade torna-se de fácil ideologização, em um tempo de descrédito, diante dos fabricados funerais da morte da utopia, fundamentados na urgência de novos paradigmas antimarxistas. Por trás do discurso apocalíptico da pregação do fim da utopia socialista e da “insuperabilidade” do capitalismo, repassado como condição natural de condução histórica de provedor do trabalho, subscreve-se a fetichização de ideologias conservadoras alienantes para o consentimento sem reservas da submissão voluntária da exacerbação da reprodução ampliada do capital.

No discurso, do respeito à pluralidade, reestrutura-se como imbricação de valores de indução de consumo mercadológico a individualidade sem historicidade e sem identidade ontológica. Em contraposição à concepção sociológica de classe social, contraditoriamente, sob o signo da identidade, prega-se um sujeito indefinido, de caráter universal, justificado sob o rótulo do uno, unicidade no viés antropológico.

Neste contexto, retira-se o papel dos partidos, dos sindicatos representativos de classes sociais, transferindo às associações filantrópicas, organizações comunitárias e não-governamentais os papéis de agentes de mudanças. A sociedade civil é convocada, em nome do princípio da cidadania, para assumir o dever cívico de substituição dos poderes políticos “corrompidos.” Papel exacerbado, a partir de valores estigmatizados na responsabilidade da representação da cidadania, arregimentados nos novos pilares sociais da mediação das esferas pública e privada, tendo a família como signo da necessidade do amor, do respeito e da disciplina, e a comunidade como signo da necessidade da manutenção da solidariedade, da negação da violência. Neste viés, os meios de comunicação de massa viabilizam a despolitização da sociedade, repassando de forma direta e indireta a responsabilidade ao indivíduo, ao tempo que massifica um discurso da culpabilidade social.

Desta forma, paradoxalmente, se faz uma re-inversão de papéis. Conforme ditames do Banco Mundial, serão os próprios pobres responsáveis pela garantia dos seus direitos, através da gestão participativa e da cooperação, condições de garantia do desenvolvimento sustentável. Portanto, cabendo ao pobre superar a sua pobreza.

Neste viés, cumpre-se o objetivo estabelecido pelo Consenso de Washington, ou seja, o Estado deixa de ser o agente direto do crescimento, e passa a ser o elemento catalisador e impulsionador da sociedade civil e da empresa privada no combate à pobreza. Observando, sobretudo, conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento do Banco Mundial (1997), que o Estado, seja qual for sua capacidade institucional, deve: respeitar, incentivar e aproveitar a iniciativa privada e voluntária e os mercados competitivos; concentrar-se na pura prestação de bens e serviços públicos que os mercados não podem oferecer [4].

O mercado instrumentaliza o Estado, e este instrumentaliza o mercado, na política perversa de favorecimento às transnacionais. Cabe ao Estado, assegurar uma política restrita de combate à miséria, viabilizando incentivos, como: doação de bolsa de estudos; bolsa escola; bolsa alimentação, entre outros, ao tempo em que deverá viabilizar uma política tributária, com cortes drásticos de gastos públicos e de altos juros. Atualmente, o Brasil possui uma das maiores taxas de juros do mundo.

Desde a ditadura militar, os governos brasileiros, dominados pelos monopólios financeiros internacionais, têm garantido o pagamento da dívida externa. Ao estabelecer uma política de altos juros, reforça a flutuação cambial. De janeiro de 2003 a setembro de 2004 o governo gastou em torno de R\$ 228 bilhões para o pagamento de juros da dívida pública, cortando os gastos de investimento de custeio (tanto na infra-estrutura quanto no social), com restrições totais aos sistemas de educação e saúde.

Contraditoriamente, o que se observa é a manutenção de uma política de favorecimento aos monopólios na indústria, na agricultura, no comércio, com especificidade para a indústria de informação.

Não existe nenhuma política de mudança estrutural que viabilize reformas sociais, que possam representar algum indicador de alteração na diminuição da taxa de indigentes. Na leitura dos espaços desiguais observa-se uma leitura geográfica sinalizada por pontos, ilhas de fortes concentrações de riquezas, dos ganhadores globais, que se perdem nos oceanos imensos de miséria dos perdedores no mercado capitalista.

O Estado reorganiza territorialmente a relação capital e trabalho transformando a estrutura regional em centro-periferia, tornando o país urbano, com um intenso processo de metropolização. A concentração territorial intensifica os bolsões de pobreza e, conseqüentemente, conflitos; aumento de marginalidade e criminalidade, atos de violência que são cada vez mais intensos, frente ao crescente desemprego; gerando o crescimento desordenado das maiores cidades, principalmente das metrópoles.

Antes de representar a desconcentração das terras, a modernização da agricultura, a política de valorização e acesso à terra tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e em uma intensa mobilidade do trabalho do campo para a cidade, intensificando o processo de metropolização e reproduzindo as desigualdades sociais, em níveis locais e sub-regionais.

Conforme dados (2000) do Centro de Políticas da Fundação Getúlio Vargas¹, 50 milhões de brasileiros (29% da população) estão abaixo da linha de pobreza. Com exceção do Estado do Rio Grande do Norte, todos os estados nordestinos, ao lado dos estados da região norte, concentram o maior índice de pobreza. O Estado do Maranhão, marcado por uma política coronelista de latifúndio, possui o maior percentual de indigentes. Localizada neste estado, a cidade de Centro do Guilherme, apresenta o maior percentual de indigência, com 95,32 da população vivendo abaixo da linha de pobreza [6].

Segundo informações do PNUD, em 2004, o Brasil ocupava a terceira pior distribuição de renda do mundo. Os 10% mais ricos concentram 47% da produção interna, enquanto 50 milhões de brasileiros não têm dinheiro para consumir o mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde [6]. Desses 50 milhões de miseráveis, 45% possuem idade inferior a 15 anos,

¹ No cálculo de miséria considera-se apenas as necessidades mínimas fixada pela OMS (2.288 calorias) da quantia de R\$ 80,00 mensais por pessoa

fato perversamente agravante, se for projetada a perspectiva futura do quadro crítico das formas de dominação societal, da acumulação flexível, do controle da financeirização da economia, na lógica de um sistema metabólico do capital que converte em descartável e destrói a força humana de trabalho, indicando o desemprego crônico [1].

2. A RESPONSABILIDADE DO GEÓGRAFO NO PROCESSO DO AVANÇO OU RECUO DA MISÉRIA

Ao assumir a leitura do espaço da mensuração cartesiana (enquanto área), o geógrafo descreve o que vê a partir de dados quantitativos. Não há preocupação com as contradições, apenas o registro das sinalizações observadas. Em alguns casos, pode-se registrar um olhar a partir da Geografia da Denúncia, de uma geografia localizada; do lugar/local circunscrito na leitura do significado de meio-ambiente, onde valor cultural se define no olhar a paisagem, revestido geralmente em ações de alterações paisagem/natureza, do turismo/paisagem como estratégia de desenvolvimento sustentável. Neste arco de sinalizações, compreendem-se linearmente saídas mensuráveis de demandas que possam corrigir os efeitos.

A paisagem não dá conta, uma vez que ela é focalizada no limite da percepção, do que se vê, a partir do sensorial. O visível é o aparente, o espelhado, pois está circunscrito na temporalidade da sua construção, que esconde a essência que deve ser lida a partir do todo, através de leituras espaciais estruturais mais abrangentes das divisões social e territorial do trabalho, tendo como condutora de análise a acumulação capitalista.

Ao conceber o espaço a partir do entendimento da concepção crítica – do espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho, se objetiva analisar a leitura na inserção das relações mais amplas, na totalidade das relações. Nesta trajetória, a dimensão do espaço perpassa o vivido na sua determinação histórica, o concebido e a realidade percebida, definida pela sua inserção como classe social, e seu compromisso como grupo social.

Desta forma, o território é a categoria fundamental, pois permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais.

A leitura da miséria a partir da categoria totalidade não pode ser compreendida como uma demanda circunscrita em uma localidade, uma vez que ela é criada pela própria lógica da produção da riqueza, portanto, só é possível o fim da miséria com o fim da riqueza. Não é uma simples questão de aparência, de relação causa e efeito, mas uma questão processual, que está subsumida na perversidade do lucro.

Quanto mais se objetiva o aumento do lucro, do consumo, mas geram-se antagonismos. Ao repassar lucros iguais não há acumulação de riqueza, mas a distribuição simples de partes iguais, eqüitativas, sem concentração, sem desigualdade, sem miséria.

Entretanto, se o objetivo for à incomensurabilidade do lucro, haverá um montante diferenciado, logo um dos lados será reduzido em função do acréscimo do outro. Distribuição diferente de riquezas resulta em espaços desiguais. A leitura geográfica da miséria exige o simples entendimento de que a apropriação do espaço é perversamente desigual.

Somos responsáveis para manter acesa a criticidade e não nos omitirmos contribuindo para a goleada dos jogadores globais. No momento em que nos omitimos, assumimos a responsabilidade histórica social contra os que têm fome.

Como José Saramago questiona, em seu livro *Ensaio sobre a Cegueira*: “Por que foi que cegamos? Penso que não cegamos, penso que, estamos cegos. Cegos que vêem, Cegos que vendo, não vêem” [5].

Que geógrafos somos?

Ser geógrafo é ver além das aparências, é ser capaz de analisar a espacialização da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do lucro, do capital; logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico.

3. AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pelo apoio financeiro, ao professor Edson Xavier pela correção do português e ao professor André M. C. Souza pelas sugestões propostas.

-
- * Este texto é resultado da adaptação da Conferência proferida no I Encontro Baiano de Estudantes de Geografia.
1. ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho*. São Paulo: BoiTempo, 1999.
 2. CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*, tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo: Xamã, 1996.
 3. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. “O novo não se inventa descobre-se”: Milton Santos e a “geografia aplicada.” In Carlos, Ana Fani A. (org.) *Ensaio de Geografia Contemporânea: Milton Santos Obra Revisitada*. São Paulo: HUCITEC, 1996: 22-28.
 4. GOMES, José Menezes, A trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas relações com o Brasil, In *Revista Universidade e Sociedade*, Ano XIII – nº 31 – Outubro de 2003: 32-49.
 5. SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cequeira*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
 6. Fundação Getúlio Vargas. *Mapa da Fome. Centro de Políticas Sociais (FGV)*, 2003. http://www.rebidia.org.br/novida/FGV_MFOME.htm.